

Indicadores de avaliação das atividades de extensão: o caso em uma instituição pública federal brasileira de Educação Profissional e Tecnológica

Adriane Zangiacomo Foligno

<http://orcid.org/0000-0001-8562-184X>

Michel Mott Machado

<https://orcid.org/0000-0002-3444-8271>

Marilia Macorin de Azevedo

<https://orcid.org/0000-0003-0225-8155>

Adolfo-Ignacio Calderón

<https://orcid.org/0000-0001-6534-2819>

Resumo

Este artigo se insere nos estudos sobre organização, gestão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira e é produto de uma dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. O foco é a avaliação das atividades de extensão, entendida como a função acadêmica que, articulada ao ensino e à pesquisa, transforma a teoria aprendida em sala de aula em prática junto à comunidade na qual a instituição de ensino está inserida. Considerando que a avaliação se relaciona ao planejamento estratégico de uma organização e busca identificar “se” e “como” as situações desejadas são alcançadas, ao tratar da avaliação da extensão, espera-se que os níveis superiores de gestão da organização em foco possam ter dados suficientes para tomadas de decisões. O presente trabalho tem por objetivo propor um modelo de instrumento de avaliação das atividades de extensão, com a recomendação de uso de indicadores de desempenho que forneçam informações consolidadas às esferas superiores de governança acadêmica. O foco do estudo foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com função aplicada, tendo como método o estudo de caso, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Constatou-se que o Instituto estudado possui atividades de extensão institucionalizadas, porém mostra lacunas quanto a sua avaliação. Como resultado da pesquisa, foram propostos 46 indicadores para a avaliação das atividades de extensão, organizados em dois modelos de formulários – um para os níveis gestores e outro para os executores das atividades – para coleta das informações.

Palavras-chave: Extensão. Avaliação. Avaliação da extensão. Educação Profissional e Tecnológica. Indicadores para avaliação da extensão.

Abstract

This article is part of studies on organization, management, and evaluation of the Brazilian Professional Education and is the product of a dissertation developed within the framework of the Professional Master's Degree in Management and Development of Professional Education at the State Center for Technological Education Paula Souza. The focus is the evaluation of extension activities, understood as the academic function that, articulated with teaching and research, transforms the theory learned in the classroom into practice in the community in which the teaching institution is inserted. Considering that the evaluation is related to the strategic planning of an organization and seeks to identify “if” and “how” the desired situations are achieved, when dealing

with the evaluation of the extension, it is expected that the higher levels of management of the organization in focus may have enough data for decision making. The objective is to propose a model for an instrument of the extension evaluation with performance indicators that provide consolidated information to the higher spheres of academic governance of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of São Paulo. It was conducted a qualitative approach research and applied function using the method case study. It was found that the studied Institute has an institutionalized extension, but gaps were identified concerning to the evaluation of this academic mission. As result, it was proposed 46 indicators for the evaluation of the extension, organized in two models of forms for collecting information.

Keywords: Extension. Evaluation. Extension evaluation. Professional and Technological Education. Extension Evaluation Indicators.

1 Introdução

Parte-se do entendimento da Educação como uma prática social situada em contextos históricos e regionais específicos, bem como um meio essencial para acesso ao trabalho (PETEROSSO, 2020), preconizada como direito universal previsto na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Além disso, reconhece-se a contribuição da Educação Pública na democratização e inclusão social (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Uma vez assumida a obrigatoriedade do Estado brasileiro em ofertar Educação que atenda tanto a formação para um ofício como para o exercício de deveres e direitos sociais, reconhece-se que a modalidade denominada Educação Profissional e Tecnológica (EPT) possui um papel relevante na estrutura educacional brasileira (MORAES; ALBUQUERQUE, 2020). Portanto, mostra-se pertinente e oportuna a realização de estudos direcionados às funções, gestão e avaliação das instituições de ensino que se dedicam a EPT (PETEROSSO, 2014).

Assim, no contexto da EPT nacional, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foi estabelecida pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), sendo criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), com o intuito de articular ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à missão acadêmica da Extensão, foco deste estudo, além de ser compreendida como uma dimensão educativa essencialmente constituída na relação entre a instituição de ensino superior (IES) e a sociedade (FOLIGNO; SILVA, MACHADO, 2022), trata-se de uma prática em crescente consolidação nos IF brasileiros, uma vez que permite a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos de forma ética e socialmente responsável (CALDERÓN, 2005; TAVARES; FREITAS, 2016). Compreende-se, também, que a extensão permite alinhar a formação técnica, voltada para competências científicas e profissionais, à formação política, acadêmica e profissional (TAVARES; FREITAS, 2016; MANFREDI, 2016; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018).

Para garantir que os propósitos estabelecidos pela extensão sejam cumpridos e em respeito à obrigatoriedade legal de ser avaliada junto com a responsabilidade social do ensino superior, mostra-se necessária a adoção de práticas adequadas e permanentes de monitoramento e de avaliação da referida missão acadêmica, apoiadas em um sistema de indicadores capaz de refletir os resultados da IES (OCTS-OEI; RICYT, 2017; FOLIGNO, 2022), como instrumento capaz de gerar possibilidades de mudanças das condições negativas e reafirmação das positivas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Este artigo, portanto, justifica-se pela necessidade de focalizar as discussões sobre a extensão sob a perspectiva da sua gestão (FOLIGNO; SILVA; MACHADO, 2020), inserindo-se no contexto da organização, gestão e avaliação da EPT (PETEROSI, 2014; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018), além da tendência atual de desenvolver estudos voltados para criar alternativas modernas de metodologias de avaliação (CALDERÓN; BORGES, 2013). Ademais, tem-se em mente a necessidade de focar a extensão e sua avaliação não como parte acessória das atividades de ensino e pesquisa (ELPO, 2004), que possuem "elaborados sistemas de avaliação da produção científica e da qualidade dos cursos" (SILVA; VASCONCELOS, 2006, p. 121), mas como elemento estruturante e retroalimentador das múltiplas atividades desenvolvidas pela RFEPCCT.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é propor um modelo de instrumento de avaliação das atividades de extensão com indicadores de desempenho que forneçam informações consolidadas às esferas superiores da governança acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Busca-se, principalmente, trazer contribuições à prática da governança acadêmica voltada à extensão, de modo que o IFSP e outros IF ampliem suas capacidades para aprimorar o monitoramento e a avaliação de suas práticas extensionistas. Ainda, vislumbram-se contribuições teóricas aos estudos da EPT brasileira, somando-se a outros preocupados em dar concretude à teoria sobre extensão por meio da construção de indicadores de avaliação (DALBEN; VIANNA, 2008).

2 Referencial teórico

2.1 O ensino técnico e tecnológico no Brasil

Inicialmente, convém pontuar que a EPT se baseia na estreita relação entre trabalho, profissão e escolarização, sendo que no contexto social brasileiro esteve por muito tempo ligada à formação para trabalho manual, contraposta à formação intelectual (MANFREDI, 2016). Soma-se ao dualismo entre educação profissional e propedêutica a dificuldade em estabelecer exatamente o que é EPT, seja pela definição de cursos que se enquadram na modalidade ou pelos interesses e influências que ocorrem na esfera empresarial para formar mão de obra especializada às necessidades do mercado (MUSSE; MACHADO, 2013; CIAVATA, 2019; MAGALHÃES; PETEROSI, 2019).

Apesar das diferentes nomenclaturas, como capacitação, ensino ou qualificação profissional, a EPT refere-se, afinal, à preparação para o trabalho, e abrange a educação de nível básico, pela formação inicial e continuada de trabalhadores, educação técnica de nível médio e educação tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004b; CORTELAZZO, 2012; MORAES; ALBUQUERQUE, 2020).

O processo de industrialização brasileira entre os anos de 1930 e 1950 acelerou a oferta de educação profissional no país (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; LOPES, 2019), reforçando a necessidade de formar ou atualizar trabalhadores para funções específicas do mercado de trabalho (MANFREDI, 2016). Ao final da década de 1960, os chamados cursos superiores de tecnologia (CST) se consolidaram como cursos rápidos e flexíveis, que se propunham a formar

um profissional intermediário, entre o técnico de nível médio e a graduação tida como "tradicional" (CORTELAZZO, 2012; PETEROSSO, 2019).

No cenário político, a ETP passa por diversas regulamentações, como o Decreto nº 2.208/1997, que aproxima a educação profissional aos setores produtivos, como estratégia político-pedagógica para ajustar a formação de mão de obra à realidade tecnológica vigente (MANFREDI, 2016), ou o Decreto nº 5.154/2004, que tenta romper com a separação da educação exclusivamente profissional e integra a habilitação profissional técnica e de nível médio na mesma escola (BRASIL, 2004b). A ETP passa a compor também o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no qual figura como protagonista na "formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade" (BRASIL, 2014) e, mais recentemente, foi contemplada com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT, o que sugere que de tempos em tempos o tema volta à discussão, sendo que no atual caso é reforçada a importância de atrelar a formação profissional com a formação para a vida em sociedade, de forma que se integre educação, trabalho, ciência, cultura e tecnologia (BRASIL. MEC. CNE/CP, 2021).

Dada essa concepção, nota-se que políticas mais específicas tentam romper com o preconceito enraizado sobre a EPT, para que não seja encarada apenas como uma educação técnica, mas uma formação que articule as diversas dimensões de educação, trabalho, ciência e tecnologia (BRASIL. MEC. CNE/CP, 2002). Nesse sentido, pensa-se a extensão como um instrumento capaz de efetivar tal entrelaçamento, pois assume um papel estratégico de articular conhecimentos teóricos com a prática, contribuindo com inovação e desenvolvimento social (MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018), dado que os conhecimentos gerados em sala de aula perdem sentido se não aplicados à realidade (SILVA; VASCONCELOS, 2006).

2.2 A extensão no contexto da Educação Superior brasileira

As IES públicas brasileiras contribuíram para a formação do conceito de extensão adotado atualmente (TAVARES; FREITAS, 2016), especialmente com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em meados dos anos 1980, que ajudou a redefinir a extensão como um fator de articulação entre ensino, pesquisa e sociedade (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; FORPROEX, 2012; TAVARES; FREITAS, 2016).

Calderón (2006), Sousa (2010) e Paula (2013) apontam para a dificuldade em conceituar a extensão, seja pela multiplicidade de enfoques, pela heterogeneidade do público atendido, pela natureza interdisciplinar ou mesmo pela falta de recursos e políticas para sua execução. Até a criação do FORPROEX, a extensão assumia duas formas no Brasil: como cursos livres, de difusão cultural e de capacitação profissional, ou como prestação de serviços, buscando, em ambos os casos, estender o conhecimento àqueles que não tinham acesso à academia (PAULA, 2013; TAVARES; FREITAS, 2016; GIMENEZ et al., 2019).

Foi somente com a promulgação da CF de 1988 que a extensão é incorporada como missão acadêmica das universidades e passa a ser indissociável do ensino e pesquisa (BRASIL, 1988), pois, até então, admite-se que a legislação educacional brasileira demorou a apresentar uma clareza conceitual e teórica sobre

a extensão, havendo a previsão de difundir à comunidade os conhecimentos gerados nas universidades, mas sem apresentar definições sobre suas práticas ou contribuições (SOUSA, 2010).

No sentido de esclarecer o que é extensão e difundir uma prática homogênea nas IES, a conceituação oferecida pelo FORPROEX (1987; 2007b; 2012) elucida que o saber desenvolvido nas IES deve se encontrar democraticamente com o saber popular por meio de diálogos, como um "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade". O FORPROEX (2007a; 2007b; 2012) também é o responsável por delimitar a atuação extensionista, ao estabelecer os tipos de atividades (programas, projetos, eventos, cursos e prestações de serviços) e as áreas temáticas de atuação da extensão (comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho).

Cabe pontuar que, dentro desse conceito de extensão, recomenda-se que as ações sejam balizadas por cinco prerrogativas básicas: relação social de impacto entre a IES e os setores da sociedade, em prol da melhoria da qualidade de vida de grupos excluídos; interação dialógica entre conhecimentos acadêmicos e populares; interdisciplinaridade entre áreas de conhecimento distintas; articulação ensino-pesquisa-extensão; e impacto na formação do estudante, com enriquecimento da experiência teórica e metodológica (CORREA, 2003; DALBEN; VIANA, 2008; FORPROEX, 2012).

No entendimento de Jezine (2004), a extensão, como função acadêmica, assume como características: a regularidade, pois deixa de ser esporádica e assistemática e passa a fazer parte do currículo; a articulação interna e externa, para formulação de políticas e estabelecimento de parcerias; e a atuação prática na construção de saberes. Assim, a extensão pode servir ao aluno como um eixo contínuo de formação, durante todo seu percurso acadêmico (SILVA; VASCONCELOS, 2006).

A importância sobre a extensão aumenta com a sua inclusão no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004a), e com o estabelecimento das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, por meio da Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018). Enquanto a lei estabelece critérios de avaliação sobre o compromisso e a responsabilidade social institucionais (BRASIL, 2004a; CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007), o decreto estabelece a creditação da extensão em cursos de graduação e determina os princípios e procedimentos que devem ser seguidos na gestão e avaliação da extensão nas IES brasileiras (BRASIL, 2018). Nesse sentido, Machado, Prados e Martino (2018) apontam para a necessidade de definir mecanismos de avaliação para proceder com a gestão adequada e ampliar as oportunidades de participação em atividades de extensão.

2.3 A função avaliação e a avaliação da extensão

A avaliação é considerada, em estreito relacionamento com o planejamento estratégico, uma função administrativa básica que auxilia as organizações a alcançarem uma situação desejada com uso adequado de seus recursos (OLIVEIRA, 1996; ROBBINS; DECENZO, 2004). De acordo com o nível gerencial da organização, a referida função administrativa pode ocorrer de forma estratégica,

quando aplicada à organização como um todo; tática, afetando parte ou partes da organização; ou operacional, na qual os planos e os recursos são efetivamente aplicados (OLIVEIRA, 1996; 2009).

Vinculada à ideia gestão institucional, e referenciada por suas metas, admite-se as funções de controle e de avaliação com a finalidade de realimentar o processo de planejamento, servindo, portanto, ao propósito de assegurar que a organização seguirá para o cenário desejado, uma vez que compreende a medição do desempenho, a comparação entre o desempenho medido e os padrões estabelecidos, além da tomada de decisão sobre ações corretivas (OLIVEIRA, 1996; 2009; LÜCK, 2000; 2009; DALBEN; VIANNA, 2008). Nesse sentido, os indicadores de desempenho cumprem um papel relevante no processo na atividade de avaliação, pois a partir dos objetivos e políticas organizacionais, permitem estabelecer padrões de medidas para que o monitoramento e a avaliação ocorram adequadamente, (OLIVEIRA, 1996; JANNUZZI, 2005).

Ao escolher um objeto de avaliação, pode-se considerar que o tema tenha um papel social relevante (DIAS SOBRINHO, 2012). No caso da extensão, por ser uma representação social da IES, na relação “para” e “com” a sociedade, sua avaliação é fundamental para aferir os impactos das atividades executadas, bem como verificar se as ações refletem o que acontece entre a instituição e a comunidade (FORPROEX, 2001; CALDERÓN, 2005; BARTNIK; SILVA, 2009).

Soma-se a isso a exigência do cumprimento legal da avaliação da extensão, presente no SINAES e na Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2004; 2018). Machado, Prados e Martino (2018) lembram que, em termos oficiais, a avaliação da extensão passa a ganhar relevância a partir da promulgação do SINAES. Até então, a iniciativa de sua avaliação ocorria somente por pesquisadores da área, e, após a publicação da lei, passa a ser política de Estado (ELPO, 2004). Além disso, uma outra consequência desse caráter oficial foi a reestruturação da extensão e a sua operacionalização nas IES, pois deixaria de ser um meio para fazer ensino e pesquisa e passaria a ser apropriada pelos cursos oferecidos na instituição (CALDERÓN, 2005).

Ainda que a tarefa de elaborar e aplicar indicadores de extensão seja considerada complexa, tanto pela (in)definição das ações que devem ser contempladas (OCTS-OEI; RICYT, 2017; GIMENEZ et al., 2019) como pela informalidade e inadequação dos registros (GIMENEZ et al., 2019), já foram elaborados indicadores exclusivos para avaliação da extensão, por exemplo, tanto no Brasil (FORPROEX, 2017), como na América Latina (OCTS-OEI; RICYT, 2017).

No do Brasil, em particular, têm-se os chamados Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária, de iniciativa do FORPROEX (2017). Esse documento foi desenvolvido a partir de uma pesquisa com gestores, docentes e técnicos com experiência em extensão em IES de todas as regiões brasileiras. O documento reúne indicadores que expressam a avaliação em cinco dimensões: política de gestão; infraestrutura física e gerencial; relação Universidade-Sociedade; plano acadêmico; e produção acadêmica. São indicadores destinados a caracterizar, principalmente, a instituição e sua política extensionista, dados orçamentários e disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequada para a execução das atividades.

O segundo estudo sobre indicadores da extensão foi publicado no chamado Manual de Valencia. Criado com o objetivo de oferecer um sistema de indicadores das atividades da IES ibero-americanas com seu entorno, o documento foi desenvolvido por uma equipe de profissionais especializados no estudo da

vinculação universitária (OCTS-OEI; RICYT, 2017). A rigor, o documento não focaliza somente na extensão, abrangendo todas as atividades de vinculação (AV), que compreendem quaisquer atividades geradoras de conhecimento e sua aplicação fora do ambiente acadêmico. Foram propostos indicadores para caracterização institucional, reconhecimento da capacidade da IES (conhecimento disponível, habilidades pessoais, produtos gerados e infraestrutura física) e resultados de AV (produtos efetivamente colocados em prática), sendo que a coleta de informações ocorre a partir do preenchimento de formulários específicos para cada nível organizacional.

3 Método

A presente pesquisa se caracteriza por sua função aplicada, o que implica em uma finalidade prática, motivada pela necessidade de resolver problemas concretos (PATTON, 2002). A abordagem é qualitativa, ou seja, aquela que busca explorar, descrever e gerar reflexões sobre dados não numéricos e/ou padronizados, com enfoque holístico e interpretativo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos meios de investigação, foi eleito o estudo de caso, pois possui caráter de detalhamento amplo de um objeto real (no caso, uma organização), bem como o seu contexto de existência (GODOY, 1995; YIN, 2001).

Para uma execução adequada do estudo de caso, foi elaborado um protocolo para guiar a investigação, conforme sugerido por Yin (2001). Foram estabelecidos como procedimentos para a coleta de dados: a) pesquisa bibliográfica, por meio de informações em livros, capítulos de livros e artigos de periódicos científicos; b) pesquisa documental, que se deu principalmente a partir de textos legais e regulamentações da instituição estudada.

O protocolo do estudo de caso estabeleceu também uma série de questões orientadoras, as quais foram desmembradas em quatro dimensões de análise: a) caracterização institucional; b) políticas institucionais de extensão; c) autoavaliação submetida ao SINAES; d) prestações de contas que o IFSP apresenta aos órgãos de controle.

O estudo de caso, propriamente dito, teve o IFSP como foco de investigação. Após a descrição da instituição, da sua organização administrativa e das políticas de extensão, buscou-se identificar como são conduzidos os processos avaliativos concernentes à extensão, identificar suas lacunas e propor, então, o instrumento com indicadores de desempenho mínimos que possam ser utilizados nas práticas de avaliação da extensão, de modo a fornecer informações consolidadas às esferas superiores da organização.

4 Resultados e discussão

4.1 Caracterização institucional

O IFSP foi criado pela Lei nº 11.892/2008, mediante a transformação do já existente Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (BRASIL, 2008). Conforme estabelecido na citada lei, o IFSP, assim como as outras instituições que fazem parte da RFEPCT, tem por incumbência fundamental a oferta de EPT, nos níveis médio e superior (IDEM). Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o IFSP

entende a Educação como instrumento de transformação da vida social, a partir da integração entre trabalho, ciência e cultura, com vistas à construção da autonomia intelectual (IFSP, 2019).

Classificado como uma autarquia (BRASIL, 2008), o IFSP possui autonomia administrativa, patrimonial, orçamentária, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, bem como soberania para elaborar seus próprios instrumentos normativos e atos administrativos, sendo que entre os documentos norteadores sobre sua estrutura administrativa e pedagógica, podem ser citados o seu Estatuto e o Regimento Geral (IFSP, 2013; 2014; 2019).

Em seu arranjo organizacional, o IFSP é composto por uma Reitoria, órgão central executivo, além de contar com uma estrutura multicampi (BRASIL, 2008). À Reitoria do IFSP cabe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia (IFSP, 2013), e a ela submetem-se cinco Pró-reitorias: Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional (BRASIL, 2008; IFSP, 2013; 2014).

O IFSP apresenta administração descentralizada, por isso cada um dos 37 campi em funcionamento no Estado de São Paulo até 2022 conta com proposta orçamentária individual e autonomia dentro da sua área de atuação (IFSP, 2019).

Especificamente no que concerne à extensão, a Lei nº 11.892/2008 dispõe de dois objetivos específicos à atividade: "ministrar cursos de formação inicial e continuada" e "desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica" (BRASIL, 2008). No IFSP, a extensão assume responsabilidades acerca da inclusão social e da promoção do desenvolvimento regional sustentável, a partir da organização, promoção e execução de projetos sociais, cursos de extensão, serviços tecnológicos, eventos, visitas técnicas, acompanhamento de egressos e relações de estágio, emprego, empreendedorismo e cooperativismo (IFSP, 2014).

Há órgãos dedicados à gestão da extensão no IFSP, sendo a Pró-reitoria de Extensão no âmbito da Reitoria (que orienta e supervisiona as ações no âmbito institucional) e as Coordenadorias de Extensão no âmbito dos campi (que possuem responsabilidades específicas dentro da sua área de abrangência) (IFSP, 2013; 2014; 2016). A existência de tais órgãos, conforme aponta Calderón (2005), facilita a gerência das ações e o incentivo às atividades. O efetivo desenvolvimento das ações de extensão, por sua vez, está a cargo dos campi, sendo que a proposição das atividades fica sob a responsabilidade de qualquer servidor, docente ou técnico-administrativo, bem como a sua execução e prestação de contas (IFSP, 2014).

À Pró-reitoria de Extensão do IFSP compete planejar, definir, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução de atividades de extensão (IFSP, 2014), em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, em busca de uma política inclusiva que promova uma verdadeira interação com a comunidade (IFSP, 2013; 2014).

Com o intuito de regulamentar as ações de extensão no IFSP, foi aprovada, em 2015, a Portaria nº 2.968. Em seu texto, são explicitados os conceitos de extensão para o IFSP e os tipos possíveis de atividades de extensão, alinhados àquele proposto pelo FORPROEX. Ademais, a referida portaria estabelece a necessidade de registrar as ações de extensão e seus relatórios em sistema de informação específico (IFSP, 2015a), tendo sido eleito o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) para registro de programas, projetos, eventos e cursos.

Os programas de extensão possuem caráter orgânico-institucional, e por isto, constam no PPP do IFSP, o que se alinha ao proposto por Ribeiro (2011), ao alertar que a extensão deve constar no plano de gestão institucional. Nessa direção, as chamadas para execução de projetos e eventos ocorrem a partir de editais, que podem ser com fomento ou não (IFSP, 2021b).

4.2 Análise das práticas de planejamento e avaliação adotadas no IFSP

Como instrumento de planejamento, foi avaliado o PDI do IFSP (IFSP, 2019). Além de instrumento de planejamento estratégico, é um documento que produz resultados cobrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Relatório de Gestão, auditados pela Controladoria Geral da União, e analisados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), durante as avaliações institucionais e de cursos. Além do perfil da organização, apresenta o seu PPP e os desafios e portfólio de ações para o período.

O plano de atividades do IFSP, para o período 2019-2023, foi construído a partir dos chamados “desafios institucionais”, que são objetivos que podem ocorrer na forma de políticas, programas ou projetos. Para a extensão, foram estabelecidos sete programas, que guiam as ações desenvolvidas para a área, relacionando-a transversalmente e com divisão de responsabilidades às políticas de ensino, pesquisa e inovação.

Apesar de não terem sido estabelecidas metas no PDI 2019-2023, o documento defende a institucionalização de processos de monitoramento e avaliação na instituição. Sobre a inexistência de um plano de metas, é preciso lembrar que a definição dos objetivos institucionais é imprescindível para saber o que se está a avaliar, sendo que a inexistência de padrões de comparação não permite medir adequadamente o desempenho esperado (DIAS SOBRINHO, 2012; OLIVEIRA, 1996; 2009; LÜCK, 2000; 2009; FORPROEX, 2001; ROBBINS; DECENZO, 2004; JANNUZZI, 2005; DALBEN; VIANNA, 2008; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

Como pontos positivos do PDI, destacam-se: a coerência entre missão, visão e valores institucionais, em relação à legislação específica e às políticas de extensão; a existência de programas de extensão alinhados à política institucional; a existência de programas de extensão e ações transversais com outros setores, o que reforça a transdisciplinaridade das suas ações; e a indicação da necessidade de avaliar ações institucionais. Como pontos negativos, podem ser citados a inexistência de plano de metas, seja institucional ou para a extensão especificamente, o que dificulta a apuração de resultados; e que os poucos indicadores apontados no documento não estão relacionados a metas, nem há metodologia de obtenção dos dados.

Como instrumentos de avaliação no IFSP, foram analisados o Relatório de Gestão, o Relatório de Autoavaliação elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os relatórios extraídos do SUAP.

O Relatório de Gestão do IFSP (IFSP, 2021a) é publicado anualmente, como prestação de contas ao TCU em relação ao PDI, e apresenta a visão geral da organização; os riscos, as oportunidades e as perspectivas institucionais; a governança da organização e seu desempenho no último ano; e informações orçamentárias, financeiras e contábeis. Como resultados da extensão, é apresentado um relatório qualitativo das ações executadas durante o ano avaliado

em relação aos programas estabelecidos no PDI. São apresentados poucos dados quantitativos, de forma sucinta, sem análise profunda ou comparação histórica, sendo que as informações são sobre: total de atividades realizadas, público alcançado e número total de estágios concluídos.

O Relatório de Gestão, por um lado, tem como potencialidades o fato de prestar contas não só ao TCU, mas à comunidade em geral, com destaque aos dados financeiros. Por outro lado, como fragilidades, percebe-se a inexistência de série histórica dos dados coletados, especialmente sobre a extensão; o foco em informações qualitativas, em detrimento de informações objetivas; e a não obrigação de avaliar a extensão, segundo o TCU.

Em atendimento ao SINAES, o IFSP possui uma CPA formalmente constituída, que sistematiza e conduz os processos de avaliação internos do IFSP, divulga os resultados e acompanha os processos externos de avaliação (IFSP, 2021c). A autoavaliação é realizada a partir da aplicação de um questionário online, encaminhada a servidores e estudantes, e as perguntas visam responder, principalmente, o nível de conhecimento do usuário em relação aos serviços prestados e o nível de qualidade percebida das ações desenvolvidas. Nesse processo de autoavaliação, a extensão é contemplada nos eixos Desenvolvimento Institucional e Políticas Acadêmicas. São atribuídos conceitos sobre a qualidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, flexibilização curricular e implementação de ações de cultura empreendedora, inovação e transferência tecnológica, entre outros. A partir da avaliação desses eixos, os campi são orientados a elaborar um relatório próprio, no qual devem ser identificados os quesitos avaliados negativamente, e apontadas melhorias para o próximo ano.

A legislação sugere que seja feita uma avaliação indutiva acerca da qualidade das atividades acadêmicas desenvolvidas, mas indica também que resultados de outras avaliações devem ser aproveitados para comparar as informações coletadas em relação ao PDI (BRASIL. MEC. CONAES, 2014), o que não ocorre no relatório apresentado. Além disso, a divisão de resultado por campus fragmenta os dados obtidos, o que dificulta o trabalho em rede.

Com relação às atividades de extensão, há fluxos determinados desde a sua proposição até a sua finalização (IFSP, 2021b), sendo que todos passam por três etapas: anuência do campus para execução da atividade; avaliação de mérito; e, ao final da sua execução, registro completo das atividades. No caso da avaliação de mérito, são apreciados quesitos como atendimento a uma demanda real, protagonismo discente, coerência entre objetivos e metodologia, entre outros, e serve, em editais de fomento, para classificação das propostas e definição daquelas que serão atendidas com recurso financeiro.

O registro das atividades no SUAP possui, além dos campos descritivos da proposta (objetivos, justificativa, metodologia, avaliação e monitoramento, disseminação de resultados, entre outros), outros específicos para anotação de: caracterização dos beneficiários, membros da equipe, registro de metas e atividades e plano de desembolso e aplicação dos recursos. O preenchimento adequado das informações, ao final da atividade, gera um relatório pelo sistema, com as seguintes informações: título da proposta, situação (em execução, concluído ou cancelado), edital ao qual foi submetido, ano de execução, área de conhecimento, área temática, campus, período de execução e público atendido. No entanto, o relatório omite outros dados, como quantidade de discentes (bolsistas ou voluntários) e execução financeira do projeto. No caso dos cursos, as

informações são sobre: quantidade de oferta por período e por campus; quantidade de alunos e situação da matrícula; e caracterização dos alunos.

Como pontos positivos dos registros das ações de extensão, é possível citar que devem ser cadastradas todas as atividades realizadas, que a avaliação de mérito sugere preocupação com o alinhamento entre as atividades executadas e as políticas institucionais e que há disponibilização de relatórios em plataforma dedicada. Mas, como ponto negativo, aponta-se que o sistema registra dados valiosos, mas não gera relatórios sobre todos eles.

Considerando os documentos analisados, percebe-se que a extensão, no IFSP, não possui relatórios exclusivos sobre sua execução, aparecendo apenas nos instrumentos legalmente obrigatórios para prestação de contas institucional. Aponta-se que a fragilidade na divulgação dos resultados da extensão pode acarretar no seu enfraquecimento, uma vez que a divulgação adequada de práticas bem sucedidas podem servir como meio de estimular a prática (SILVA; VASCONCELOS, 2006). Além disso, é possível citar outros pontos negativos, como: falta de dados quantitativos; geração de relatórios incompletos, se comparados com as informações com as quais são alimentados; impossibilidade de estabelecer, a partir de valores globais, os desempenhos locais; e falta de construção de séries históricas.

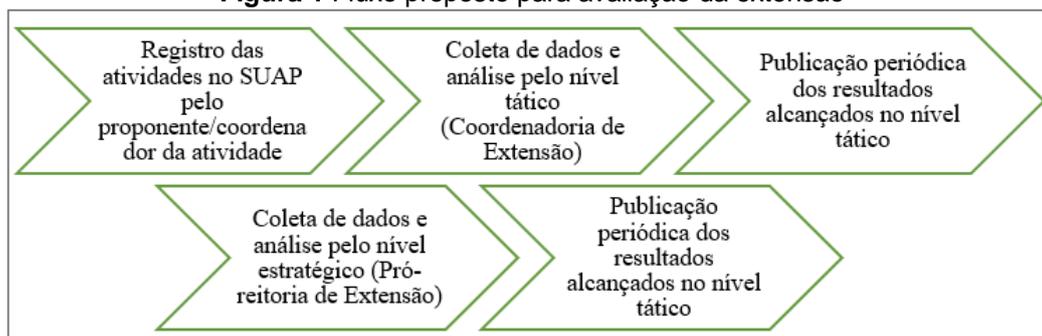
Assim, mostra-se necessário o fortalecimento da gestão de informações institucionais sobre a extensão no IFSP e a necessidade de organizar a informação gerada para que seja imediatamente compilada e para que os diferentes níveis possam trabalhar de forma articulada.

Contar com um sistema de informações adequado é essencial para desenvolver indicadores que contemplem os diversos aspectos das atividades (OCTS-OEI; RICYT, 2017), sendo que os formulários devem ser padronizados, para conferir clareza sobre a informação coletada (GIMENEZ et al., 2019). Para o IFSP, é necessário fazer com que o atual sistema trabalhe para coletar e compartilhar informações entre os diferentes níveis organizacionais satisfatoriamente, permitindo aos gestores do IFSP a tomada de decisão consciente sobre ações futuras, a partir da constatação do sucesso ou do insucesso de ações presentes.

4.3 Proposição de indicadores

Com o intuito de aprimorar o processo de decisões gerenciais, ou para que estas não sejam tomadas com base em informações fragmentadas ou incompletas, foram sugeridos indicadores para avaliação da extensão no IFSP. São indicadores a partir dos quais espera-se poder afirmar se as políticas adotadas pela instituição são eficientes (se ocorre bom uso dos recursos), eficazes (se é identificado o cumprimento dos objetivos) ou efetivos (apresentam impactos nos beneficiários e na sociedade) (OLIVEIRA, 1996; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; JANNUZZI, 2017). Por não ocorrer de forma sistematizada, sugeriu-se também um fluxo para coleta e avaliação permanente da extensão no IFSP, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 Fluxo proposto para avaliação da extensão



Fonte: elaboração própria (2021).

Os indicadores foram agrupados em cinco dimensões com objetivos específicos, sendo possível o compartilhamento de indicadores entre elas, se assim couber na situação em análise. As dimensões são: gerencial (acompanhar o PDI e verificar do atendimento às políticas institucionais); registro das atividades executadas (caracterizar e quantificar as atividades desenvolvidas no IFSP, identificando o nível de institucionalização da extensão e a vinculação das propostas às políticas institucionais); discentes (aferir a participação dos alunos em atividades de extensão e indicar se a extensão está na formação curricular); servidores (verificar a participação dos servidores nas atividades de extensão); e relação com a sociedade (investigar se é dada prioridade a áreas temáticas específicas em relação aos problemas sociais identificados).

A partir dos indicadores propostos, foram elaborados dois modelos de formulários para coleta das informações, considerando que diferentes etapas de avaliação exigem indicadores diversos, de modo que se possa medir as distintas contribuições de cada ação desenvolvida (JANNUZZI, 2017). O primeiro formulário diz respeito às informações de responsabilidade dos níveis superiores, sendo que a coleta ocorre dentro da área de abrangência de cada um (Figura 2). As informações prestadas por cada unidade do nível tático, compiladas, fornecem dados ao nível estratégico.

Figura 2 Formulário para os níveis estratégico e tático

<p>1 Indicação do recurso disponível para o período Recurso total da IES; recurso orçamentário disponível para a extensão; recurso captado em editais externos; recurso captado em parcerias.</p>	<p>5 Relação direta com a comunidade Participação organizacional: participação da comunidade nos órgãos colegiados do IFSP; participação do IFSP em instâncias de organizações externas. Disponibilidade de equipamentos do IFSP para a comunidade: bibliotecas, laboratórios, outros.</p>
<p>2 Editais lançados no período Quantidade de editais com e sem fomento Quantidade por área temática: Comunicação, Cultura, Direitos humanos e justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e produção, Trabalho.</p>	<p>6 Meios de comunicação com a comunidade Publicação de periódico; presença em redes sociais; rádios comunitárias; outros.</p>
<p>3 Estrutura gerencial dedicada à extensão Equipe administrativa: servidores técnico-administrativos e docentes Grupos de extensão no <i>campus</i> e entre <i>campi</i></p>	<p>7 Estágios Total de alunos; total de alunos em estágio obrigatório e não obrigatório.</p>
<p>4 Quantidade total de servidores e discentes Servidores técnico-administrativos; servidores docentes; discentes matriculados no ensino médio; discentes matriculados no ensino superior; discentes matriculados na pós-graduação.</p>	

Fonte: elaboração própria (2021).

O segundo modelo de formulário, que, como acontece atualmente, devem ser preenchidos a cada oferta de projeto, evento ou curso, trata das informações prestadas pelos proponentes das atividades, que irão atender às instâncias superiores (Figura 3). Recomenda-se que o atual sistema informatizado seja ajustado para permitir a emissão de relatórios por cada nível organizacional a partir deste formulário, isto é, por cada atividade registrada, por cada campus isoladamente e por toda a reitoria/pró-reitoria.

Figura 3 Formulário para o nível operacional

<p>1 Atividade Tipo: Programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviços; especificar atividade.</p> <p>2 Área temática Escolher uma opção: Comunicação, Cultura, Direitos humanos e justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e produção, Trabalho.</p> <p>3 Carga horária da atividade Informar carga horária total prevista e executada.</p> <p>4 Público atendido Indicar público atendido conforme: instituição de origem, faixa etária, gênero e perfil profissional.</p> <p>5 Informar se atividade proposta está articulada com outras de ensino ou pesquisa e especificar.</p> <p>6 Informar se o projeto gerou: Produção intelectual: artigo, livros/capítulos de livros, apresentação de trabalho em eventos, publicação em anais de eventos científicos, outros. Produtos à comunidade: cartilha, manual, produção audiovisual, jogos, aplicativos, outros. Novas linhas de pesquisa. Criação ou readequação de disciplinas. Especificar produtos gerados e, se possível, incluir cópia ou <i>link</i> para acesso.</p> <p>7 Recursos financeiros Informar recurso prevista e executado por natureza de despesa: bolsa discente, bolsa docente, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, outros.</p> <p>8 Informar participação da comunidade: Na elaboração do projeto; se a demanda partiu da comunidade; se a comunidade discutiu os resultados.</p>	<p>9 Equipe da atividade Quantidade de docentes, técnico-administrativos e discentes, colaboradores externos, bolsistas e voluntários, ingressantes e concluintes. Carga horária de cada participante. No caso dos alunos, período que está cursando.</p> <p>10 Seleção dos discentes bolsistas e voluntários Quantidade de vagas disponíveis e candidatos. Condições para participar do projeto: curso, idade, gênero, nota, experiência anterior, período/semestre do curso, outros. Participação do discente na elaboração do projeto e na discussão dos resultados. Vinculação da proposta ao Projeto Político Curricular do curso.</p> <p>11 Parcerias Tipo: contrato, convênio, acordo de cooperação técnica, contratação indireta, termo de parceria, sem formalização. Constituição jurídica do parceiro: público, privado, terceiro setor. Porte: pequeno, médio, grande. Abrangência: local, regional, nacional, internacional.</p> <p>12 Emissão de certificados De formação profissional, de formação de professores, outros.</p> <p>13 Enquadramento da atividade como Atividades de cultura, esporte e lazer; Promoção da cidadania e diversidade; Pessoas em situação de vulnerabilidade social; Atendimento a pessoas com deficiência; Empreendedorismo / Empresa Junior / Incubadora; Gestão de propriedade intelectual; Serviços de saúde.</p>
---	---

Fonte: elaboração própria (2021).

Além dos indicadores, foram sugeridas eventuais mudanças no sistema de informações utilizado para registro de atividades de extensão no IFSP (o SUAP), para que a coleta de dados ocorra adequadamente, de maneira célere e não fracionada. As mudanças versam sobre: comunicação com outros sistemas gerenciais do governo federal (recursos humanos e financeiro), inclusão de dados nos relatórios gerados pelo sistema e criação de módulo ou campo específico para o registro das informações.

Com relação à periodicidade da avaliação, sugere-se que os indicadores para os níveis estratégico e tático sejam coletados e avaliados anualmente, conforme o ano orçamentário (de janeiro a dezembro de cada ano), e compilados a cada cinco anos, considerando o período de vigência do PDI. Quanto ao

formulário referente ao nível operacional, recomenda-se o preenchimento à medida em que a atividade for desenvolvida, sempre que possível, ou imediatamente ao final da sua execução.

4 Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a tratar de três temas de forma articulada: a EPT, a extensão e a avaliação. A avaliação da educação é um tema complexo, envolto em opções políticas e culturais. Quando se especifica o objeto da avaliação para a extensão, sua complexidade aumenta, uma vez que este é um tema cuja discussão é emergente. A própria extensão também carece de aprofundamentos acerca da sua conceituação e prática, especialmente quando associada à EPT, por ser uma modalidade educativa que ainda necessita ser mais estudada em suas possíveis e desejáveis interfaces com a extensão.

O estudo de caso com a organização ora em foco, permitiu observar que a instituição de ensino possui uma política institucionalizada para desenvolvimento da extensão, com o estabelecimento de programas e focos de ações bem definidos e com a dedicação de setores para o seu gerenciamento. Contudo, a atuação frente à avaliação da extensão ocorre somente quando provocados por instâncias superiores de controle, o que sugere, portanto, que esta função de gestão necessita ser aprimorada.

Para tentar contornar essa lacuna, foi cumprido o objetivo de propor um modelo de instrumento de avaliação da extensão com indicadores de desempenho fundamentais que fornecessem informações consolidadas às esferas superiores na organização educacional. Ao todo, foram propostos 46 indicadores, organizados em dois formulários que podem ser adotados pela instituição de ensino, além da proposta de fluxo para coleta e análise de dados. Pensa-se, assim, que a avaliação da extensão ocorra de fato dentro de um processo de gestão, e não somente como prestação de contas a órgãos de controle. Buscou-se a simplicidade na proposição dos indicadores, considerando sua facilidade de obtenção e interpretação, bem como a possibilidade de compilação pelo sistema de informações utilizado para registro das atividades de extensão.

Considera-se necessárias futuras reaproximações sobre o tema da avaliação da extensão e aprofundamento em novos estudos, como, por exemplo, discutir a creditação curricular obrigatória da extensão ou avaliar o impacto das atividades sobre as comunidades atendidas.

Acredita-se que a pesquisa tenha trazido contribuições não somente ao IFSP, uma vez que a proposição de indicadores pode proporcionar subsídios para uma rediscussão de definição de políticas de extensão da instituição aqui apresentada, mas também, potencialmente, a instituições de ensino congêneres. Além disso, nota-se contribuição à literatura acadêmica que tem como foco escolas que se dedicam à EPT, pois reconhece-se como relevante pesquisar sobre a organização, a gestão e a avaliação em sistemas, redes e unidades de ensino que se dedicam a essa modalidade educativa.

Referências

BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. Avaliação da ação extensionista em

universidades católicas e comunitárias. **Avaliação**, v.14, n.2, p. 453-469, jul. 2009.

BATISTA, S. S. S. Educação profissional e tecnológica: politecnia e emancipação. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. cap.2, p.27-38.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004a.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004b.

_____. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Nota técnica nº 65/2015**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica_65de2014.pdf>, Acesso em: 03 ago. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 29/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília, DF, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>, Acesso em 12 out. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 01/2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília,

DF, 06 jan. 2021.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, ano 23, n.34, p. 13-27, 2005.

_____. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos**, ano 24, n.36, p. 7-22, 2006.

CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação Educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v.6, n.1, p. 167-183, mai. 2013.

CALDERÓN, A. I.; PESSANHA, J. A. O.; SOARES, V. L. P. C. **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CIAVATA, M. Política e história da educação profissional: luzes e sombras da realidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 30-44, out./dez. 2019.

CORRÊA, E. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v.1, n.1, p. 12-15, jul. 2003.

CORTELAZZO, A. L. Natureza dos Cursos Superiores de Tecnologia. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. cap.1, p.13-25.

DALBEN, A. I. L. F.; VIANNA, P. C. M. Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Interagir**: pensando a extensão, n.13, p. 31-39, jan./dez. 2008.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v.1, n.1, p. 15-24, jun. 2012.

ELPO, M. E. H. C. Avaliação da Extensão Universitária na Proposta do SINAES. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 2004.

FOLIGNO, A. Z. **Gestão, avaliação e organização da extensão**: estudo de caso em uma Instituição Pública de Educação Profissional e Tecnológica. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2022.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **Anais do XV Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional**, São Paulo, 2020.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **Refas – Revista Fatec Zona Sul**, v. 8, n. 3, p. 19-33, fev. 2022.

FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilheus (BA): UESC, 2001.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras**: estudo comparativo 1993/2004. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007a.

_____. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007b.

FORPROEX - Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

_____. **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2017.

GIMENEZ, A. M. N.; GAVIRA, M. O.; FIGUEIREDO, S. P.; BONACELLI, M. B. M. Avaliação da relação universidade - sociedade: o caso da Unicamp em perspectiva nacional e internacional. **Revista Debates Sobre Innovación**, v.3, p. 1-14, 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

_____. Estudo de caso qualitativo. In: SILVA, A. B./ GODOI, C. K.; MELLO, R. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Estatuto do IFSP**. São Paulo, SP, 2013. Disponível em <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/docs/DocumentosInstitucionais_-_Arquivos_-_Drive_IFSP_1.pdf>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Regimento Geral do IFSP**. São Paulo, SP, 2014. Disponível em <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/docs/regimento_geral_do_ifsp.pdf>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Portaria 2.968 de 24 de agosto de 2015**. Regulamento das Ações de Extensão. São Paulo, SP, 2015a. Disponível em <https://www.ifsp.edu.br/images/prx/NormasManuais/2015_Portaria_2968_Regulamenta_as_aes_de_extenso.pdf>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Regimento dos Câmpus do Instituto Federal de São Paulo.** São Paulo, SP, 2016. Disponível em <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resoluo_26_2016_Aprova-o-regimento-dos-cmpus-do-ifsp.pdf>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023.** São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <<https://drive.ifsp.edu.br/s/yxtwKgEYfZs4ZCg#pdfviewer>>, Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. **Relatório de Gestão 2020.** São Paulo, SP, 2021a. Disponível em <<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/91-assuntos/desenvolvimento-institucional/desenv-institucional/137-relatorio-de-gestao#RG05>>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Normas e legislação.** Manuais. São Paulo, SP, 2021b. Disponível em <<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/84-assuntos/extensao/993-normas-e-manuais>>, Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. **Comissão Própria de Avaliação.** Relatórios São Paulo, SP, 2021c. Disponível em <<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/73-assuntos/reitoria/comissoes/cpa/67-cpa>>, Acesso em: 27 jul. 2021.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, n.56, v.2, p.137-160, abr./jun. 2005.

_____. Indicadores no ciclo de políticas e programas sociais no Brasil. In: SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C. (Orgs.). **Indicadores sociais: passado, presente e futuro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVERIA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, M. W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**, v.8, n.10, p.01-20, 2019.

LÜCK, H. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Gestão em Rede**, n.19, p. 8-13, abr. 2000.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N. ; MARTINO, M. A. A extensão e a educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza: realizações, desafios e oportunidades. In FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica: extensão e cultura.** Jundiaí, SP: Paco

Editorial, 2018. cap.11, p.197-213.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. As estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. In MORAES, G. H. *et al.* (Orgs.). **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica**: um campo em construção. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MUSSE, I; MACHADO, A. F. Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil. **Economia e Sociedade**, v.22, n.1 (47), p. 237-262, abr. 2013.

OCTS-OEI – OBSERVATORIO Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad e RICYT – Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología. **Manual Iberoamericano de Indicadores de Vinculación de la Universidad con el Entorno Socioeconómico**: Manual de Valencia. Disponível em: <http://www.ricyt.org/wp-content/uploads/2017/06/files_manual_vinculacion.pdf>, Acesso em: 21 mai. 2020.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Introdução à administração**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3rd ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2002.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v.1, n.1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PETEROSSI, H. G. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional Tecnológica**. São Paulo: CEETEPS, 2014.

_____. Resgate histórico dos cursos de tecnologia: de ensino superior à educação profissional. **Youtube**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jZpRP_KMIgc>. Acesso em: 16 jan. 2022.

_____. **Aula inaugural**. Notas de aula. Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. 11 mar. 2020. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.15, n.1, p. 81-88, jul. 2011.

ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A. **Fundamento de administração**: conceitos essenciais e aplicações. 4.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Silva, M. D. S., & Vasconcelos, S. D. (2006). Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 17(33), 119–136.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 2ed. São Paulo: Alínea, 2010.

TAVARES, C. A. R; FREITAS, K. S. **Extensão universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.